

As mulheres na história recente do Brasil: narrativas das lutas femininas contra a ditadura e os livros didáticos de história

The women in the Brazil's recent history: narratives of feminine struggle against dictatorship and the history textbooks

Vanderlei Machado
Colégio de Aplicação-UFRGS
vandermachado@hotmail.com

Resumo: Este artigo é um recorte do projeto da pesquisa *A História das mulheres que os livros didáticos não contam*, desenvolvido no Colégio de Aplicação da UFRGS, que tem como principal objetivo discutir maneiras de inserir a História das mulheres nas aulas do Ensino Médio. Buscamos, aqui, investigar o tratamento que os livros didáticos recomendados pelo Catálogo do PNLEM/2008 têm dado à participação das mulheres na luta contra a ditadura civil-militar brasileira, entre 1964 e 1985. Ao lado da constatação da parca presença desta história nos manuais escolares, pretendemos mostrar que, com o auxílio de outros materiais (como os livros de memórias) é possível explorar, em sala de aula, as práticas femininas de combate à ditadura, entre as quais destacamos a luta das mães de presos e desaparecidos políticos.

Palavras-chave: história das mulheres, memórias, livros didáticos de história, Ensino Médio.

Abstract: This article is part of the Women's history that textbooks don't tell research, developed in the Colegio de Aplicação of UFRGS in order to discuss ways of insert women's history in the high school class. We aim investigate the textbooks recommended by the PNLEM/2008 catalog and how they show women's participation in the fight against the Brazilian civil-military dictatorship between 1964 and 1985. Besides finding little presence of this women's participation in these school manuals, we aim to show that with others materials (like memory books) it's possible to explore, in class, women's practices of dictatorship combat, like the struggle of the mothers of political prisoners and missing people.

Keywords: women's history, memory, history textbooks, high school.

O presente artigo trata de questões que estamos analisando ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa “A História das mulheres que os livros didáticos não contam”.¹ Nos últimos anos, tem sido crescente o número de estudos que abordam a História da luta empreendida por mulheres contra o regime civil-militar instalado no Brasil entre 1964

¹ Esta pesquisa contou com a participação de Alessandro Güntzel, bolsista de Iniciação Científica BIC/UFRGS/2009, Marcelo Dantas, bolsista de Iniciação Científica Voluntário/2010, Marcelo Machy, bolsista de Iniciação Científica BIC/UFRGS/2011 e Bernard Goulart Prietto, bolsista de Iniciação Científica Voluntário 2011/2. Agradeço a professora Carla S. Rodeghero pelas contribuições que vem fazendo ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

e 1985. Estas pesquisas mostram que muitas mulheres tiveram uma presença ativa nas organizações de esquerda que montaram focos de guerrilha urbana e na tentativa de se instalar a luta armada no campo. As torturas, físicas e psicológicas, as mortes, bem como o exílio forçado infligidos a essas mulheres pela repressão já figuram em muitos trabalhos de jornalistas, antropólogos(as), historiadores(as), entre outros. Porém, o que se verifica ao folhear os livros didáticos de História do Ensino Médio, adotados nas escolas brasileiras, é que quase nenhuma referência é feita neles à presença das mulheres na luta contra a ditadura.

Segundo o Catálogo do PNLEM/2008, entre os critérios utilizados na seleção dos livros de História está a necessidade deste material abordar “criticamente as questões de sexo e gênero” (PNLEM, 2008, p. 15). Apesar dessa indicação, os livros didáticos de História ainda não incorporaram as discussões de gênero que vêm sendo elaboradas no campo das Ciências Humanas, tanto nas universidades brasileiras quanto em instituições de outros países das Américas e Europa. O que se percebe é uma lenta introdução, em alguns capítulos dos livros didáticos, de textos de História das Mulheres. Esta é geralmente alocada em um “box”, um espaço destacado da página, sem relação com o texto principal.

Quando iniciamos nossa pesquisa com os livros didáticos, tínhamos consciência de que não existe um processo automático ou veloz de apropriação para os manuais escolares das pesquisas feitas na academia. Assim, mesmo que para o ano de 2005 (no qual a maioria dos livros analisados foi publicada), já existissem estudos acadêmicos sobre a história da participação feminina na luta contra a ditadura no Brasil, isso não significa que os mesmos já estivessem à disposição dos professores da Educação Básica e, ainda, que já estivessem sendo usados nos cursos de licenciatura em História. Com estas ressalvas, buscamos conhecer e compreender como o tema da participação das mulheres na resistência à ditadura tem sido abordado nestes manuais escolares que, sabemos, não são a única fonte de informação para os alunos e nem são a única ferramenta disponível para os/as professores/as prepararem suas aulas.

Em nossa pesquisa analisamos um conjunto de onze livros didáticos de História, todos eles indicados pelo Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio. Trata-se de um conjunto de livros denominados *livro do professor*, distribuídos pelas editoras com a finalidade de influenciar na escolha do manual a ser adotado pelos educadores. Os manuais dos alunos foram distribuídos às escolas públicas de todo o Brasil, em 2008.

Na pesquisa analisamos os capítulos que tratam do período que vai do golpe civil-

militar de 1964 até a campanha pelas “Diretas Já”. Nestes capítulos, percebeu-se uma centralidade da história política e econômica. No geral, são destacados os eventos que antecederam o golpe, os diferentes governos militares, as crises ou o “milagre” econômico, a luta armada e a repressão, o processo de abertura política, as greves do ABC paulista, a anistia e a redemocratização. Nesta história, como procuraremos demonstrar, se sobressai a figura masculina.

Num breve levantamento feito em livros didáticos publicados anteriormente aos analisados por nós, percebemos que a história dos momentos que antecederam ao golpe e dos governos militares começou a ser narrada, nos manuais do ensino médio, ainda durante a ditadura (FAJOLI FILHO, 1997). As referências à resistência, à luta armada e à repressão dos órgãos governamentais, como já se era de esperar, começam a ocorrer logo após a abertura política (ALENCAR, 1985).

Na grande maioria dos livros do Catálogo do PNLEM/2008 que analisamos é recorrente o emprego de subtítulos onde figuram termos como luta armada, oposição, resistência, repressão, guerrilheiros, anos de chumbo, tortura. Estes espaços, os manuais descrevem as grandes passeatas promovidas pelos “estudantes” e “artistas”, as greves dos metalúrgicos, os grupos armados, as estratégias dos órgãos de repressão e seus métodos de tortura. Porém, nenhuma referência direta é feita à participação das mulheres nesses movimentos de contestação e de enfrentamento ao regime.

Tal silêncio somente é rompido no livro de Mario Schmidt. Neste, ao longo do capítulo que trata da história da ditadura militar no Brasil são recorrentes as menções às “meninas”, “donas de casa” e “moças” que se manifestaram ou pegaram em armas contra a ditadura (SCHMIDT, 2005, p. 740). Além de ser o único autor a mencionar de maneira direta a participação feminina na luta armada, Mario Schmidt também destoa dos demais ao apresentar uma bibliografia que aborda essa questão, possibilitando assim que professores e professoras tenham condições de aprofundar o seu conhecimento sobre o tema.

Porém, mais do que simplesmente constatar o silêncio com relação à participação feminina, buscamos levantar uma bibliográfica que possibilitasse trazer esta temática para a sala de aula. Nesse levantamento constatamos que além dos livros de historiadores, antropólogos e jornalistas, a história da ditadura civil-militar brasileira é narrada também em livros de memória de ex militantes de esquerda que de diferentes maneiras lutaram contra a ditadura. Outras facetas da tragédia que foi a ditadura no Brasil são narradas em livros de

memórias de mães de presos e desaparecidos políticos. Os livros de memória começaram a ser publicados ainda nos estertores da ditadura. Neles, começaram a ganhar publicidade alguns relatos que narravam histórias ainda desconhecidas da grande maioria dos brasileiros. Eram histórias de homens e mulheres que pegaram em armas contra a ditadura, que foram barbaramente torturado(a)s, que viram seus companheiros e companheiras serem mortos e que lutaram para conhecer o paradeiro de seus filhos presos, mortos e/ou desaparecidos.

Neste artigo, optamos por nos ater à história de mães que tiveram que criar uma série de estratégias para tentar obter alguma informação sobre o paradeiro de seus entes queridos, estratégias que acabavam contribuindo para denunciar, tanto no Brasil quanto no exterior, os horrores que estavam acontecendo nos porões de instituições como os DOPS, a OBAN, os DOI/CODI, o CENIMAR e o CISA.

Atualmente, vem sendo crescente o número de estudos que tem buscado trazer à luz estas Histórias de mães que combateram a ditadura, denunciando as arbitrariedades dos governos militares e se organizando em entidades, como o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia.

Porém, ainda há muito a ser pesquisado neste campo. Desde as primeiras prisões realizadas pelos agentes da repressão, logo após o golpe de 1964, é possível apontar a atuação de mães que buscavam resgatar os filhos das garras de seus algozes. E estas histórias devem merecer trabalhos futuros.

Aqui buscarei perceber/descrever as estratégias utilizadas por duas mães, Zuleica Angel e Elzita Santa Cruz, cujos filhos desapareceram no período mais violento da ditadura, entre os anos de 1970 e 1974. Na construção desta história, me valerei de duas publicações: os livros “Onde está meu filho? História de um desaparecido político”, publicado em 1985 (ASSIZ, 1985), e “Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho”, escrito pela irmã da protagonista e publicado em 1986 (VALLI, 1986).

A História da estilista Zuzu Angel talvez tenha alcançado maior publicidade devido ao fim trágico sofrido pela estilista. Em 1976, ela mesma foi vítima da ditadura, num acidente ainda envolto em uma cortina de mistério. Dona Elzita, pelo que me foi possível apurar, esteve presente, no ano de 2007, numa cerimônia no Palácio do Planalto e pediu ao presidente da República a abertura dos arquivos da ditadura militar, pois como ela ressaltou em seu discurso, tinha 94 anos e precisava enterrar o seu filho que nunca retornou para casa (COIMBRA, 2009, p.93).

Além de publicizar o que havia acontecido com seus entes queridos, estes relatos denunciavam a estrutura montada pelos aparelhos repressores do Estado, publicavam os nomes de militantes mortos e de seus algozes e denunciavam as farsas montadas para justificar a prisão, tortura e eliminação de militantes de esquerda no Brasil.

Nestes relatos, podemos perceber um entrelaçamento entre memórias e fontes escritas. Estas narrativas, como observou Benito Bisso Schmidt, “procuravam assentar a ‘verdade dos fatos’ [...] reivindicando para o seu testemunho o estatuto de ‘prova’ e, em decorrência, demandando a confiança dos leitores na fidedignidade do que era narrado (SCHMIDT, 2007, p. 139). Além de recorrer à memória, os dois livros possuem em anexo documentos enviados para autoridades brasileiras e estrangeiras, textos e cartas escritas pelos filhos antes do seu desaparecimento, fotos em família, relatos de parentes e companheiros de lutas, recortes de jornais, entre outros. Esta necessidade de documentar suas narrativas está certamente ligada a um desejo de que seus relatos sejam inquestionáveis e de que a memória de seus filhos não seja esquecida.

Ambas as biografias, que narram trajetórias de mãe e de filho foram escritas por amigos e familiares. Nestas obras, é possível perceber uma série de práticas levadas a cabo pelas mães de desaparecidos que acabavam funcionando como instrumentos de combate à ditadura. Em seu afã por informações sobre o paradeiro dos seus filhos, estas mães acabavam por denunciar, tanto no Brasil quanto no exterior, as atrocidades cometidas por uma ditadura que insistia em afirmar que não existia tortura e assassinato de presos políticos no Brasil.

Nos anos mais duros do regime, estava em curso, no plano econômico o chamado “milagre brasileiro”. No plano político, o governo reforçou a perseguição aos opositores do regime, ampliou a censura à imprensa e criou a famigerada Operação Bandeirantes e os DOIs/CODIs.

Zuzu Angel, como ficou conhecida, no início dos anos 1970, tinha conseguido projetar o seu trabalho como estilista para fora do país e conquistar clientes importantes, no mundo do cinema e na alta sociedade. O sucesso profissional teve que conviver com a emergência da militante que passou a denunciar a violência da ditadura no Brasil. Esta luta teve início em 1971 após o recebimento de uma ligação telefônica na qual foi informada de que seu filho Stuart havia sido preso.

Diante dessa informação, Zuzu passou a procurar pelo filho. Em 16 de abril, de 1971, o advogado da estilista escreve um documento para o Ministro da Justiça relatando o que se

sabia sobre a prisão de Stuart e solicitando que as autoridades prestassem informações sobre o seu paradeiro. Neste documento, são feitas referências ao fato de que o desaparecido tinha familiares norte americanos, entre eles um juiz, e que esses acompanhavam a situação de seus familiares no Brasil. Destaca-se que o autor do documento refere-se à solicitante como “Zuleika Angel Jones, brasileira, casada, costureira, domiciliada no Rio de Janeiro” (VALLI, 1986, p. 205). Nota-se que, apesar de Zuzu Angel já estar separada do marido, ela foi descrita como “casada”. Isto nos remete para a valorização social do casamento. Nos documentos posteriormente encaminhados por Zuzu, e anexados ao livro, esta denominação não está mais presente.

Depois do desaparecimento de Stuart, o preso político Alex Polari de Alvarenga escreveu à Zuzu Angel uma carta relatando as torturas sofridas pelo seu filho na prisão. Conforme a carta, Stuart, após algumas sessões de tortura, tinha sido amarrado na traseira de um jipe e arrastado pela base aérea do Galeão. Soldados e oficiais assistiam a tudo e ironizavam o sofrimento do preso. Após ser levado para a cela, foi deixado sem água. Na manhã seguinte, Stuart foi retirado inerte e envolto em um pano. Possivelmente já estivesse morto. Diante da carta de Polari, Zuzu teve certeza da morte do filho e passou a exigir que lhe fosse indicado o paradeiro do seu corpo.

No dia das mães de 1973, Zuzu Angel esteve na casa do presidente da República, Ernesto Geisel, e narrou a sua “aflição pelo que teria acontecido” ao seu único filho. Deixou no local uma foto do filho. Dois anos depois, ela escreveu ao Presidente Geisel solicitando informações sobre o que “teria sido feito do corpo do meu amado filho?” e narrando o martírio a que ele havia sido submetido (VALLI, 1986, p. 236). O sucesso profissional de Zuzu Angel contribuía para que ela tivesse acesso à residência de figuras proeminentes da política da época, como o presidente da República e generais do Exército.

Foi também através da sua arte que a estilista denunciou o seu sofrimento e o do filho. Em setembro de 1971, Zuzu produziu uma coleção de protesto. Suas roupas traziam anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás de grades, *jeeps* e quepes. Foi o primeiro desfile de moda com conotações políticas. No dia seguinte, conforme anotou Zuzu, os “jornais falaram do meu desfile, destacando aquilo que eu mais queria: designer de moda pede pelo seu filho desaparecido” (The Montreal Star, 15/set/71).

No início do governo Geisel, em 1974, ocorreu o desaparecimento de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, militante do Movimento Estudantil, desde 1966. Fernando,

de família pernambucana, morava em São Paulo e quando desapareceu estava no Rio de Janeiro, na casa de um irmão. Nesta cidade foi se encontrar com Eduardo Collier Filho. Porém, Fernando sabia que poderia lhe acontecer, pois deixou avisado que se caso não voltasse até as 18 horas daquele dia, teria sido preso.

Desde então Fernando não foi mais visto. Começava assim a luta da mãe e dos familiares para tentar saber do seu paradeiro. Nesta época, dona Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira contava com aproximadamente 66 anos de idade. Era mãe de 11 filhos, e já tinha tido uma experiência com a ditadura, pois sua filha havia sido presa e torturada em 1971, no Rio de Janeiro.

Em 1974, dona Elzita retornava ao Rio para tentar encontrar seu filho Fernando. Em 02 de março de 1974, foram publicadas nos jornais *O Dia* e *O Globo* notas sobre o seu desaparecimento. Numa destas notas aparecia uma descrição física de Fernando bem como dos trajes que o mesmo estava usando quando desapareceu, naquele sábado de carnaval. (p. 20) Publicar este tipo de nota, possivelmente, no caso de opositores do regime, funcionava como uma maneira de se buscar entrar em contato com pessoas que haviam entrado na clandestinidade, de fazer com que companheiros ficassem alertas quanto à possível queda de um membro da organização.

Segundo informações extra-oficiais, Fernando e Eduardo haviam sido detidos por órgãos de repressão no Rio. Tal possibilidade estava ancorada no fato de que o apartamento de Eduardo foi totalmente revirado e alguns livros foram confiscados. Após a prisão, os dois teriam sido transferidos para São Paulo. Para a capital paulista seguiram, em 14 de março, a irmã de Fernando, Márcia de Santa Cruz Freitas, e a mãe de Eduardo Collier Filho, Risoleta Meira Collier. No DOI, da Rua Tomás Carvalhal, foram informadas de que as visitas só poderiam ocorrer no domingo, a partir das 10 horas. No dia de visitas combinado, o chefe de serviços declarou que Eduardo e Fernando ali não se encontravam. Os alimentos e objetos pessoais deixados pelos familiares para que fossem entregues aos presos, na primeira vez que ali estiveram, foram devolvidos pelos guardas. A partir desse dia, as famílias nunca mais tiveram nenhuma informação sobre Fernando e Eduardo.

Enquanto o irmão de Fernando, Marcelo de Santa Cruz, encaminhava petições à justiça, sua mãe passou a escrever diariamente para as autoridades brasileiras exigindo informações sobre o seu filho.

No início de abril de 1974, ela e dona Risoleta Meira Collier mandaram telegramas

para várias autoridades dando conta da prisão de Fernando e Eduardo, por órgãos de segurança, sem o cumprimento das formalidades legais. No comunicado dirigido ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Exército, elas informam da recusa do II Exército em fornecer informações sobre a localização dos rapazes. Lembravam a falta de atendimento das formalidades constitucionais e apelavam pelo cumprimento da lei. O mesmo telegrama foi dirigido ao presidente Geisel e ao presidente do STM (ASSIZ, 1985, p. 27).

Esta prática de mulheres, mães e esposas, encaminharem correspondências para autoridades, avalizando o bom comportamento de maridos e filhos, solicitando informações sobre seus paradeiros ou que os mesmos fossem libertados, parece vir de longa data. No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, conforme estudo da professora Marlene Faveri, era comum mulheres catarinenses encaminharem solicitações ao então governador do estado e mesmo ao presidente Getúlio Vargas para que os mesmos influenciassem na soltura de seus maridos (FAVERI, 2002).

Em 03 de maio de 1974, dona Elzita dirige uma carta ao Comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida, renova as informações sobre as circunstâncias do desaparecimento de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Na carta, apela para a tradição que envolve o nome Almeida: “Fui motivada a fazer a presente carta, tendo em vista os predicados cristãos e humanistas de V. Exa., herdados de seu pai, figura ímpar, que enaltece a literatura nordestina.” Como resposta, o General Reinaldo Melo, no dia 9 de maio de 1974, informa que apesar de compreender a preocupação de mãe, lamentava informar que seu filho “procurado pelos órgãos de segurança por estar implicado em atividades subversivas, não se encontra preso em nenhuma organização militar, subordinada a este comando” (ASSIZ, 1985, p. 27).

O estranhável na resposta do general era a afirmação de que Fernando era procurado por órgão de segurança. Isto porque, segundo sua mãe informava às autoridades em suas cartas, até a data do seu desaparecimento, Fernando tinha emprego e endereço certos. Assombrada, a mãe questionava as autoridades: como se procura alguém que tem um endereço de trabalho e residência fixa?

Em 21 de maio de 1974, numa carta dirigida ao Marechal Juarez Távora, dona Elzita se apresenta como “mãe” de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, brasileiro, casado, funcionário público e estudante de Direito. A autora da missiva diz reconhecer no Marechal um militar e homem público de passado honrado e digno e, além disso, “ídolo de minha

juventude” (ASSIZ, 1985, p. 134). Na carta, dona Elzita procura demonstrar conhecer e acompanhar a história política do Marechal, desde sua participação no levante de 1922.

Após narrar o desaparecimento do filho, dona Elzita se apresenta como mãe e cidadã brasileira, esposa do renomado médico pernambucano Lincoln de Santa Cruz Oliveira, que exerceu sua profissão com honestidade e abnegação [...]. É nesta condição de mãe, cidadã brasileira e esposa de um homem honrado que dona Elzita diz sentir-se no direito de “me dirigir e reclamar dos homens de bem de minha Pátria, o mínimo que pode exigir uma mãe: a localização do seu filho e que sua prisão seja comunicada à autoridade judiciária competente” (ASSIZ, 1985, p. 134).

Neste momento da missiva podemos observar que dona Elzita procura demonstrar que corresponde ao modelo de mulher então valorizado socialmente. Qual seja, o de mãe e esposa. Para além disso, ela se apresenta com cidadã e como tal exige das autoridades alguma resposta para a sua demanda. Portanto, dona Elzita não se apresenta como alguém que se percebe como tendo que estar restrita à esfera do privado, mas como uma cidadã que reivindica os seus direitos.

Ainda em sua carta ao Marechal Juarez Távora, após discorrer sobre o que ficara sabendo de fontes extra-oficiais, lembrava que seu filho Fernando também era pai e que ela não sabia o que responder ao seu neto quando este indagasse pelo fim que levou o seu pai. “Direi que foi executado sem julgamento? Sem defesa? Às escondidas por crime que não cometeu?” Novamente a missivista procura recorrer a representações de gênero. Neste momento, procura destacar o quanto o seu filho corresponde ao que se espera de um homem casado e chefe de família, ou seja, que Fernando era trabalhador, marido e pai que correspondia à sua função de provedor da família.

Ao concluir sua carta, é lembrado ao homem público, no caso o Marechal Juarez Távora, ex-ministro dos governos militares, que este também era pai e era “mais ao pai e à generosidade do seu coração que me dirijo”. A autora apelava para dessa forma para uma questão privada, o sentimento de paternidade, de um homem público buscando que este intercedesse numa questão do Estado.

A leitura dos dois livros de memórias aqui analisados nos permite perceber algumas estratégias de classe e de gênero levada a cabo por duas mães que lutaram para ter notícias de seus filhos desaparecidos no período mais violento da ditadura. Tanto Zuzu Angel quanto dona Elzita enfrentaram um governo que não respeitava nem mesmo as leis elaboradas sob a

sua égide. Estas mães exigiam que as prisões de seus filhos fossem feitas dentro do que previa as leis então em vigor, que tivessem um julgamento justo, caso para isso houvesse motivos, e não as farsas montadas nas dependências policiais e nos tribunais militares. Diante da certeza de que seus filhos foram executados dentro de órgãos do Estado, elas pediam que as autoridades reconhecessem suas responsabilidades na morte e na ocultação dos corpos de seus filhos.

A História da participação das mulheres na luta contra a ditadura, como buscou-se demonstrar, ainda está excluída da maioria dos livros didáticos de História. Isso resulta, em certa medida, de uma visão da história como sendo do homem o comando político e à mulher resta o privado. Conforme a historiadora Ana Maria Colling (1997, p. 07), invadir o espaço público, político e masculino, foi o que fizeram aquelas mulheres ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime.

As mulheres, é preciso que se diga, não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar mas, também, em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria causada pela desigualdade social.

A incorporação desta História das mulheres nos livros didáticos do ensino médio contribuirá para desconstruir a imagem de que as mulheres tiveram uma participação passiva durante este período traumático da história brasileira. Além disso, pode contribuir para que as estudantes e os estudantes possam ampliar o seu horizonte de expectativas percebendo que também no espaço público, no mundo da política, devem atuar tanto os homens quanto as mulheres.

Livros didáticos analisados – Distribuídos pelo PNLD/2008

BRAICK, Patrícia do Carmo R. & MOTA Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. Vol. 3. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. A escrita da História. São Paulo: Editora Escala, 2005.

COTRIM, Gilberto Vieira. História Global: Brasil e geral. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. História. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de; PEDRO, Antonio. História do Mundo Ocidental. São Paulo: Editora FTD, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História Geral e do Brasil. São Paulo: Atual, 2005.

OJEDA, Eduardo A. B.; PETTA, Nicolina L.; DELFINI, Luciano Emidio. História: Uma abordagem integrada. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

REZENDE, Antonio Paulo & DIDIER, Maria Thereza. Rumos da História. São Paulo: Atual, 2005.

SCHMIDT, Mario Furley. Nova História Crítica. São Paulo: Editora Nova Geração, 2005.

SENIZE, Maria Helena V.; PAZZINATO, Alceu. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. História. São Paulo: Editora Ática, 2005.

Referências

ALENCAR, Francisco. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ASSIZ, Chico de. Onde está meu filho?: história de um desaparecido político. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Globo, 1998 .

Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretária da Educação Básica, 2008.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças, et al (Org.). 20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 93.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

FAVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/UNIVALI, 2002.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 15-67.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. Cadernos Pagu, Campinas (SP) n. 8/9, p. 319-342, 1997, p.338.

FAJOLI FILHO, Arnaldo. História do Brasil. São Paulo: Ed. do Brasil, 1977.

MARTINS FILHO, José Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. Varia História, Belo Horizonte, n. 28, 2003, p. 178-201.

PATARRA, Judith. Iara: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992;

PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe (org): Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. L' Ordinaire Latino-americain, n. 203, Université de Toulouse – Le Mirail, 2006, p. 93-123.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In. Anos 90. Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez 2007.

VALLI, Virginia. Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.